

Déjà vu: capitalismo à brasileira

Maria Ilda Trigo

Resumo

Este artigo trata do contexto de múltiplas crises que assola o tempo presente, especialmente no Brasil. A crise de saúde pública detonada pela COVID-19, num país com já não poucos problemas sanitários, é vista como o pano de fundo para o acirramento de outras mais amplas e recorrentes, de ordem social, política, econômica e comunicacional. Assim, com base em eventos recentes e amplamente divulgados por veículos midiáticos de diferentes naturezas, pretende-se apontar permanências que denunciam crise maior e que está na base da persistência de todas as outras: a crise de memória histórica. A reflexão, de caráter transdisciplinar, apoia-se em autores de diferentes áreas, principalmente historiadores e filósofos, e também em imagens, a maioria delas apropriada da internet, que ajudam a reconstituir o panorama mais amplo em que se originou este artigo: o da circulação massiva de informações, muitas delas visuais e nem sempre verdadeiras, que dão corpo a tal contexto de crises.

Palavras-chave: Covid-19, memória, história, crise

Abstract

This article deals with the multiple crisis context verifiable at the present time, particularly in Brazil. The public health crisis caused by COVID-19, in a country with many health problems, is taken as the background for the intensification of other broader and recurring social, political, economic and communicational crises. Thus, based on recent events and widely disseminated by media of different natures, it is intended to point out recurrences that denounce a major crisis, which underlies the persistence of all others: the crisis of historical memory. The transdisciplinary reflection presented here is supported by authors from different areas, mainly historians and philosophers, and also by images, most of them appropriated from the internet. They help to reconstruct the broader panorama in which this article originated: that of massive circulation of information, many of them visual and not always true, that embody this crisis context.

Keywords: Covid-19, memory, history, crisis

1

Artista multimídia. Mestra em Artes
Visuais pelo Instituto de Artes da
UNICAMP (2019).



Introdução

"[...] a quem não entende por que vivemos, nos dias de hoje, um período tão intolerante e violento; a quem recebe com surpresa tantas manifestações autoritárias ou a divulgação, sem peias, de discursos que desfazem abertamente de um catálogo de direitos civis que parecia consolidado; a quem assiste da arquibancada ao crescimento de uma política de ódios e que transforma adversários em inimigos, convido para uma viagem rumo à nossa própria história, nosso passado e nosso presente."

Lília Moritz Schwarcz, *Sobre o autoritarismo brasileiro*.



Figura 1: Frames do vídeo "Presidente BOLSONARO discursa durante MANIFESTAÇÃO no QG do Exército em Brasília", 11:05, publicado em 19 abr. 2020, no canal Poder 360 no Youtube².

"A nossa bandeira jamais será vermelha!" gritam simpatizantes do presidente, em frente ao Quartel General do Exército, em 19 de abril de 2020³. Vestidos de verde e amarelo, empunham faixas com frases como "Fora Maia!" e "Viva o AI-5!". Empolgam-se com a chegada do "capitão", que, entre acenos, não titubeia em fazer discurso evasivo, mas claramente favorável ao grupo e, portanto, ao que esse defende. Em meio ao discurso, desequilibra-se, engasga, tosse.

Acena "contrastadora, mas verdadeira"⁴ durou aproximadamente onze minutos. Onze longos minutos de *non sense*, picardia e pseudossinceridade

2

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=67-rr0Hwjuk&feature=youtu.be>. Acesso em: 28 out. 2020.

3

Nessa data, comemora-se o dia do exército brasileiro.

4

Expressão extraída de editorial do periódico *Correio da Manhã*, publicado em 7 nov. 1904, e que se refere a episódios ocorridos durante a Revolta da Vacina (cf. Item "Reencenações mediadas).

burlesca, registrados em vídeo que circulou amplamente pelas redes (figura 1). Máscaras nos queixos de alguns manifestantes eram os únicos sinais de que se vivia, naquela data, em meio a uma pandemia que viria a tomar, no Brasil, contornos dramáticos⁵.

Que em meio a uma pandemia pessoas se aglomerem para pedir a volta da ditadura já cause espanto, espanto maior causa o fato de um presidente eleito pelo voto juntar-se a elas e manifestar apoio. Mas, pelo menos no Brasil, espantar-se deve-se mais à falta de memória histórica do que aos fatos propriamente ditos. Num país cuja República padece de tradição golpista⁶, não terá sido a primeira vez em que graves problemas sanitários são pano de fundo para o acirramento de tensões e o ataque às nossas frágeis instituições democráticas.

Refiro-me especificamente à Revolta da Vacina, motim popular ocorrido entre os dias 10 e 15 de novembro de 1904, no Rio de Janeiro, então capital da jovem República. Guardadas as muitas diferenças entre os dois episódios, a comparação é irresistível, não apenas pela obviedade de que, então como agora, parte significativa da população negou-se a seguir protocolos recomendados por cientistas e médicos para se evitar o contágio, mas porque, em ambos os episódios, a crise de saúde pública foi usada para favorecer a já reinante instabilidade política.

Para Nicolau Sevcenko, a Revolta “nos fornece uma visão particularmente esclarecedora de alguns elementos estruturais que preponderaram em nosso passado recente – repercutindo inclusive nos dias atuais” (SEVCENKO, 2014, p. 3), em que se destaca a constituição de uma sociedade urbana altamente excludente (*Idem, ibidem*). Nesse contexto, a insurreição popular tornou-se oportunidade para grupos que almejavam o poder. Segundo o autor, “[...] setores da oposição política, que desde um longo tempo vinham articulando um golpe contra o governo, aproveitaram-se das reações indignadas da população, a fim de abrir caminho para o seu intento furtivo.” (*Idem*, p. 4).

Não se pretende aqui julgar a população daquele tempo. Certamente havia motivos para a revolta. As medidas sanitárias tomadas pelo governo eram autoritárias. O projeto de urbanização da capital da República, do qual as campanhas vacinais faziam parte, deu-se de forma violenta e excludente,

5

No dia de fechamento deste texto (28-10-20) o país contava com 158.456 óbitos confirmados por Covid-19, desde o início da pandemia, de acordo com o site oficial Coronavírus Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 28 out. 2020.

6

A ideia de que a história de nossa República é uma sucessão de golpes é antiga. Remonta ao tempo da proclamação, ela mesma compreendida por alguns historiadores como um golpe contra a monarquia. O primeiro autor a denunciá-lo talvez tenha sido Eduardo Paulo da Silva Prado, em seus *Fastos da ditadura militar no Brasil*, escritos entre 1889 e 1980. Sobre a imposição de decretos à revelia da população, comuns àquele regime, ele afirma: “Aquilo já não é militarismo nem ditadura, nem República. O nome daquilo é carnaval.” (PRADO, 2014, p. 150)



visando mais atender às necessidades de adequação da cidade à economia mundial do que ao bem estar da população (*Idem*, p. 7).

Apenas se pretende tomar a revolta como um exemplo paradigmático de certas recorrências históricas, retomando um momento político do qual temos parca memória e em que se coadunaram, como agora, crise sanitária e instabilidade política com óbvias pretensões golpistas.

Antivacinismo e golpismo: retornos ou permanências?



Figura 2: Montagem extraída da página http://m.wikinet.pro/wiki/Jair_Bolsonaro.
Acesso em: 11 ago. 2020.

Que a história tenda a se repetir, não há que se duvidar. Da icônica escritora inglesa Mary Shelley, para quem a história é um “Poema cíclico escrito pelo Tempo nas memórias do Homem” (*Idem*, p. 1), passando por Hegel, Nietzsche, e Marx, muitos apontam para as recorrências históricas, nem sempre em tom pacífico. Marx, célebre por afirmar que a história é encenada “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25), talvez seja o que se mostra mais impaciente com essa tendência da história humana à repetição. Ele afirma que:

“A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo

nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. Assim, Lutero se disfarçou de apóstolo Paulo, a revolução de 1789-1814 se travestiu ora de República Romana ora de cesarismo romano e a revolução de 1848 não descobriu nada melhor para fazer do que parodiar, de um lado, o ano de 1789 e, de outro, a tradição revolucionária de 1793-95.” (MARX, 2011, pp. 25-26)

As repetições históricas citadas por Marx, não sem alguma ironia, podem ser explicadas de muitas maneiras que não nos cabe desenvolver. Limito-me a apontar certa concepção de tempo que será aqui adotada: a de um tempo que não passa e, sim, dura, com o presente sendo concomitantemente presente, passado e futuro. Tal concepção de tempo, elaborada por Henri Bergson, é retomada por Deleuze, para quem:

“O passado e o futuro não designam instantes, distintos de um instante supostamente presente, mas as dimensões do próprio presente, na medida em que ele contrai os instantes. O presente não tem de sair de si para ir do passado ao futuro. O presente vivo vai, pois, do passado ao futuro que ele constitui no tempo.” (DELEUZE, 1988, pp. 75-76)

As coisas – eventos, emoções, forças – duram, em níveis diferentes dos corpos individuais e sociais, o que torna difícil pensarmos no passado como algo superado e no presente como consequência determinista de fatos encerrados. De maneira que, mais do que tratar de retornos, preferimos aqui pensar em permanências de modos de pensar e agir.

No caso dos eventos históricos citados, permaneceu, por um lado, certo negacionismo em relação à ciência, corroborado, ou não, por discursos midiáticos, como se verá a seguir; por outro, o oportunismo político revanchista que, com diferentes características, tanto outrora quanto já, fazem agravar a crise de saúde pública, com importantes prejuízos para a democracia.



A tendência a negar a ciência permaneceu sempre viva em alguma medida. Apesar de o nível de conhecimento da população em relação às medidas profiláticas necessárias à prevenção de doenças, incluindo a vacinação em massa, seja bastante superior àquele do início do século XIX, ainda hoje nota-se resistência a essas medidas, no Brasil e no mundo. Inclusive anteriormente à pandemia de COVID-19, ganhava força, com auxílio das redes, movimento antivacinal que, no Brasil, era frequentemente referenciado como Nova Revolta da Vacina⁷.

Reações contra as medidas de proteção necessárias ao combate do novo coronavírus também ocorreram no mundo inteiro, mas apenas em poucos países, dentre eles o Brasil, houve um discurso oficial legitimando a desobediência. O fato de grupos que já estão no poder – e o ocuparam com o aval da maioria da população, por meio do voto – aproveitarem-se da situação para arregimentar forças antidemocráticas, parece ser algo bastante característico de nosso país.

É o enredo que, exaustivamente, estamos a repetir. Porque aqui trata-se menos de construir uma nação, e mais de preservar um campo de disputa pelo poder, com o objetivo de manter estruturas desiguais – projeto obviamente assentado em raízes históricas.

Um imenso Portugal

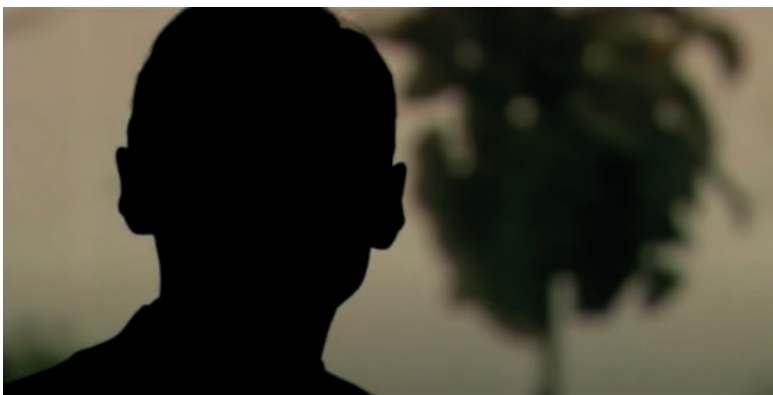


Figura 3: *Frame* do longa-metragem *Fados* (2007), do cineasta espanhol Carlos Saura.

Em 2007, o cineasta e roteirista espanhol Carlos Saura produziu *Fados*. O filme encerra a trilogia dedicada às formas de expressão musical urbanas de

7

A busca no google pela expressão "nova revolta da vacina", no dia 28 out. 2020, gerou 3.520 resultados, que podem ser acessados no endereço: https://www.google.com/search?ei=cqktX42-CMOz5OUPhPOc2AU&q=%22nova+revolta+da+vacina%22&oq=%22nova+revolta+da+vacina%22&gs_lc=p=CgZwc3ktYWlQAzIGCAAQFhAeMgYIABAWEB4yBggAEBYQHjoHCAAQRxCwAzoCCAA6BggAEAcQHIDy4AFYoPwBYOyFAngBcAB4AIABsQGIAb4DkgEDMC4zmAEAoAEBqgEHZ3dzLXdpesABAQ&client=psy-ab&ved=0ahUKEwiNv6f254nrAhXDGbkGHYQ5B1sQ4dUDCAw&uact=5.

origem ibérica, composta por *Flamenco* (1995) e *Tango* (1998). Curiosamente, inseriu no filme não apenas artistas portugueses, mas brasileiros, cabo-verdianos e moçambicanos. Se para Saura não é possível pensar o fado contemporâneo sem passar pelas colônias, o que dizer da história dessas colônias. Como podem imaginar-se fora do imbróglio colonial?

No filme, Chico canta a música *Fado tropical*, composta em 1973 em parceria com o luso-brasileiro Ruy Guerra, para a peça "Calabar ou o elogio da traição"⁸, cujo refrão diz: "Ai essa terra ainda vai cumprir seu ideal, ainda vai tornar-se um imenso Portugal"⁹. A canção, irônica em relação à história brasileira, ganhou contornos revolucionários depois da Revolução dos Cravos, em 1974. Saura faz alusão a isso ao colocar Chico cantando em frente a uma tela em que se projetam imagens da revolução popular que encerrou, em Portugal, ditadura de 41 anos. Mas, no final da canção, uma cena melancólica (figura 3): a silhueta do artista em frente à imagem desfocada de uma árvore.

É essa imagem de desfoque, de uma identidade apagada e de uma natureza borrada, que aqui nos interessa. Mais do que a esperança de nos tornarmos um Portugal pós 1974, anima-nos o pensamento que originalmente inspirou a canção: a crítica ao ideário e à prática colonial.

Desse ponto de vista, o Brasil cumpriu seu ideal: concebido como ampliação das fronteiras europeias, especificamente de Portugal, talvez tenha sido o mais bem sucedido caso de empresa colonial. Para Grada Kilomba, escritora e artista visual portuguesa, mais do que nas demais colônias, aqui a "ferida colonial" nunca foi tratada (KILOMBA, 2020, 6:24 – 6:59). Nas palavras da autora:

"A história [colonial] é uma ferida muito profunda que não foi tratada e o colonialismo é sempre visto como algo que pertence ao passado, algo que já passou e não precisa de ser revisto no presente. Eu acho que essa é a grande falha ainda hoje, é o centro dos grandes conflitos humanitários que nós temos hoje em dia. O colonialismo é uma ferida contínua que se repete, em que são criadas *mises en scène*, cenários constantemente pra repetir essa ferida. E que não é algo que pertence ao passado, mas algo que é revisto e revivido constantemente no

8

A peça, censurada à época, trata da história de Domingos Fernandes Calabar, que se juntou aos holandeses contra os portugueses no século XVII.

9

O refrão tem a seguinte variante: "Ai essa terra ainda vai cumprir seu ideal, ainda vai tornar-se um império colonial."



presente. E é por isso que nós ficamos surpreendidos em como é que algo que pertence ao passado de facto sangra no presente. Mas é uma ferida extremamente profunda, extremamente dolorosa. Uma ferida que sempre dói. Uma ferida que nunca foi tratada e de vez em quando infecta e às vezes sangra e sangra até a morte. E nós não deveríamos estar surpreendidos com isso porque de facto é uma ferida que nunca foi tratada, nem a nível educacional, a nenhum dos níveis, estrutural ou institucional. Isso é um problema muito grave.”
(*Idem*, 1:09 – 2:29)

Importantes e conhecidos autores que, muito antes de Kilomba, ajudaram a (re)pensar a história do Brasil pelo prisma das nefastas permanências coloniais, certamente concordariam com essa afirmação. Para Sérgio Buarque de Holanda:

“A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências.” (HOLANDA, 1989, p. 3)

O mesmo afirma Caio Prado Júnior, para quem:

“Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos [...], se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O ‘sentido’ da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar.” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 21)

O passado colonial marcou. Ou melhor, não é passado. É nossa realidade mais atual. Novamente enfatiza-se que não se está aqui a pensar em passado como sucessão de instantes. Nem se trata de afirmar que vivemos hoje as consequências desse passado. Vivemos ainda nele. Nossas



instituições, nossos modos de viver, nossas mitologias. Tudo foi moldado, forjado com um tipo de consciência que é a da colônia de exploração (*Idem*, pp. 19-20), com imensos prejuízos para o estabelecimento de uma futura nação.

Implantando-se num “mundo novo” uma “velha civilização” (HOLANDA, 1989, p. 3), expandindo-se as fronteiras da Europa ao criar-se aqui um “imenso Portugal”, enraizaram-se formas de viver e visões de mundo marcadas pelo “personalismo exagerado”, pela “falta de coesão na vida social”, pela “obediência como fundamento da disciplina”, características dos países ibéricos àquela altura e aqui mantidos com objetivos escusos. Ao trazer ao “novo mundo” as “formas de convívio, instituições e ideias” da “velha civilização, transformou-nos em “desterrados em nossa própria terra” (*Idem*). “[...] Como Robinsons: estamos sempre à espera do navio que nos venha buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou.” (Lima Barreto, apud. SCHWARCZ, 2019)

“Moro num pa-tro-pi”: o Brasil da Cheap Nature

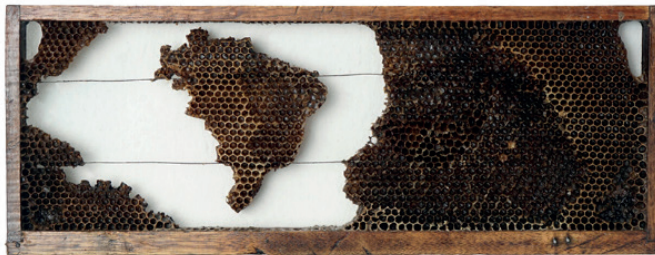


Figura 4: Ricardo Siri, *Pindorama 01*, quadro de abelha queimado com soldador, 2020.

São muitas as descrições do Brasil como um país das maravilhas naturais. Da *Carta de Pero Vaz de Caminha*¹⁰ ao imaginário popular, revelado em canções como a referenciada no subtítulo¹¹, há uma espécie de culto à exuberância da natureza, que tanto atraiu os viajantes europeus e que perdura até hoje no imaginário local e internacional. Curiosamente, e apesar das grandes transformações ambientais sofridas, o fato é que Brasil foi e continua sendo sinônimo de natureza. A questão a se colocar é sobre o tipo de natureza em que ele se constitui.

10

Um dos trechos mais populares da Carta é aquele em que se afirma: “E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”. (CAMINHA, 2020, p. 14)

11

“País tropical”, Jorge Benjor, 1969.

Para a reflexão que aqui se desenrola, e apropriando-me do conceito de Jason Moore¹², proponho considerar-se o Brasil como *Cheap Nature*. Ele foi e é “natureza barata” (humana e extra-humana), a serviço do capitalismo. Compreender o Brasil como uma vasta empresa da Europa mercantil e posicioná-lo estrategicamente dentro do capitalismo como *Cheap Nature* ajuda a compreender boa parte de sua história até hoje, inclusive no que diz respeito às permanências anteriormente discutidas. Para Moore, aliás, a natureza barata está no coração do capitalismo, desde suas origens, nos séculos XV e XVI (MOORE, 2015, pp. 13, 53).

Para o autor, a exploração gratuita das forças humanas e extra-humanas, central para a acumulação de capital, ganhou grande impulso no “longo século XVI” com a conquista da América (*Idem*, p. 14), com o “crescimento gigantesco da produtividade do trabalho” e, conseqüentemente, da mais valia, da qual depende a acumulação de capital (*Idem*, p. 16). A tese de Moore é corroborada por Caio Prado Júnior, que assim compreende a colonização dos trópicos dentro da lógica pré-capitalista:

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, [...], destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Compreendendo elementos humanos e extra-humanos, a natureza barata no Brasil revelou-se de formas variadas: por meio do trabalho escravo, da extração vegetal e mineral em larga escala, da monocultura extensiva. Tudo para satisfazer os mercados europeus. E continua:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país

12

Jason Moore é um historiador ambiental e um geógrafo histórico na Universidade de Binghamton, onde atua como professor de sociologia. Coordena o World-Ecology Research Network.



e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 2000, pp. 20-21)

Poderíamos pensar que isso já passou. Ou que dessa história restaram apenas as nefastas consequências e que hoje vivemos outra realidade. Mas, conforme dito anteriormente, a concepção de tempo aqui adotada nos impede de acreditar nisso. Se as circunstâncias mudaram, é porque o capitalismo também muda, adapta-se às novas circunstâncias e paisagens por ele mesmo criadas (MOORE, 2015, pp. 59-60). E o “modelo de exclusão radical” praticado nas colônias continua sendo interessante, senão fundamental, ao capitalismo globalista (SANTOS, 2010, p. 36).

Assim a lógica da *Cheap Nature* permanece, com o Brasil tendo papel estratégico dentro dela. A economia brasileira transformou-se durante os séculos, conforme as necessidades da economia europeia, em ciclos (Pau-brasil, cana-de-açúcar, algodão, café, borracha), até hoje, em que a exportação de *commodities* é nossa grande participação na economia mundial. Mudaram-se os ciclos, mas permaneceu a lógica da natureza barata.

Isso nos faz supor que também nossas instituições ainda hoje obedecem a ela.

Retomando o exemplo aqui citado, da revolta da Vacina, sabe-se que ela se deu num contexto de reurbanização da capital da República, com objetivos explícitos de sua inserção no mercado internacional. O desejo de reformar a cidade visava mais a um saneamento para atrair capital estrangeiro, do que à melhora das condições de vida da população. Nas palavras de Sevckenko:

“Para que se pudesse consagrar efetivamente a campanha de atração de capitais, imigrantes, técnicos e equipamentos estrangeiros, seria igualmente



indispensável proceder ao saneamento da cidade. E eis aí delineadas as três diretrizes básicas da administração de Rodrigues Alves, e o modo como ele procurava, através delas, articular os interesses paulistas e as finanças internacionais.” (SEVCENKO, 2014, p. 32)

As louváveis ações de Oswaldo Cruz nesse contexto, dentre elas a fundação de Manguinhos, tinham como principal objetivo sanear a capital da República e depois o Brasil, com vistas a sua inserção no circuito internacional global. Por isso não deve espantar que no *site* da Fiocruz encontre-se a seguinte frase: “A partir daí, a equipe de Manguinhos começou a desbravar o interior do Brasil com o objetivo de estudar e debelar moléstias que dificultavam a expansão do capitalismo brasileiro.” (Figura 5)

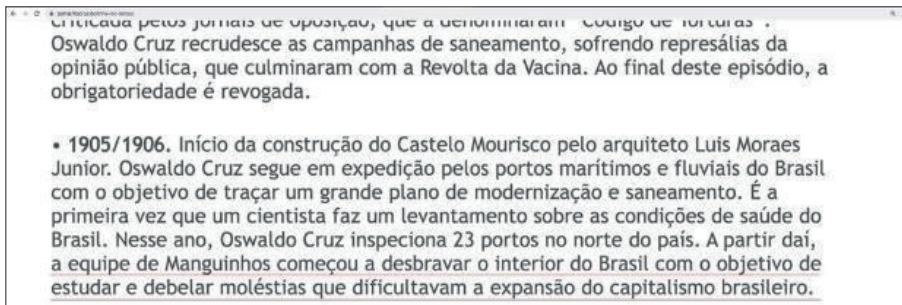
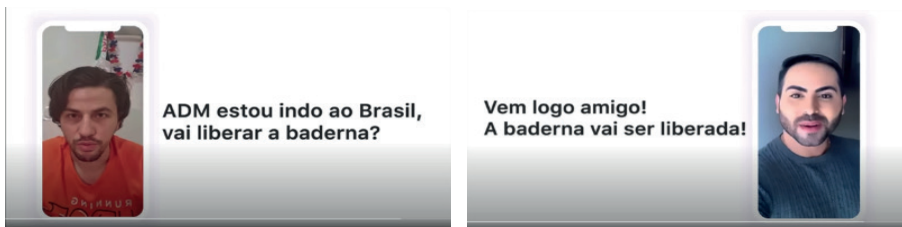


Figura 5: Linha do tempo da Fundação Oswaldo Cruz (grifo nosso). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/linha-do-tempo>. Acesso em: 11 ago. 2020.

A lógica da natureza barata ainda vigora entre nós. O que apenas reafirma o fato de sermos um sucesso colonial.

Não existe pecado do lado de baixo do equador



Figuras 6 e 7: Frames do vídeo *Liberah a badernah*, paródia da música “Baila conmigo”, realizada pelos influenciadores digitais Arthur Benozzati e Clayton Bezerra (0:07 e 0:11, respectivamente).

Outro mito que muito nos interessa é aquele representado pela máxima “*Ultra aequinoxialem non peccari*”, que significa “Não existe pecado abaixo da linha do equador”. “Como se a linha que divide o mundo em dois hemisférios também separasse a virtude do vício” (BARLAEUS, Gaspar apud. HOLANDA, 1989, p. 33).

A ideia de que aqui “vale tudo” – hegemônica ainda – e que justifica atitudes de estrangeiros e de brasileiros em nível pessoal e coletivo está intimamente ligada a uma construção colonial. Para Boaventura Sousa Santos “foi a linha global separando o Velho Mundo do Novo Mundo que tornou possível a emergência do direito moderno deste lado da linha” (SANTOS, 2010, p. 32), determinando o colonial, isto é, o lado de cá, como “o estado de natureza em que as instituições da sociedade civil não têm lugar” (*Idem*, p. 34).

A percepção de que os espaços coloniais foram constituídos como lugares “sem lei”, ou em que a lei existe para poucos, é fundamental para o pensamento pós-colonial, mas não é recente. Diderot, admirado com o que se passava nas colônias, escreveu em *Histoire de deux Indes*:

“Além do Equador um homem não é inglês, holandês, francês, espanhol ou português. Ele se apega somente àqueles preceitos de seu país de origem que justificam ou servem de desculpa à sua conduta. Ele rasteja quando está fraco; ele é violento quando forte; ele tem pressa para adquirir, pressa para desfrutar, e é capaz de todo crime que o conduza mais rapidamente a seus objetivos. Ele é um tigre doméstico de volta à selva; a sede de sangue toma conta dele outra vez. É assim que todos os europeus, cada um deles indistintamente, têm se mostrado nos países do Novo Mundo. Um delírio coletivo toma conta deles – a sede de ouro”. (DIDEROT apud. GIANETTI, 1999)

Políticas da desmemória



Figura 8: Victor Meirelles, *Primeira missa no Brasil*, 1860, óleo sobre tela.
A tela foi a primeira pintura brasileira a ser exposta no Salão Oficial de Paris, em 1861.

Para que determinada lógica vigore, não basta que um grupo de pessoas a imponha, mesmo que para isso use a força. É preciso um grande investimento em capital simbólico. Não à toa, a primeira ação dos colonizadores portugueses em terras brasileiras foi celebrar uma missa (CAMINHA, 2020, p. 5) e fazer a população beijar um crucifixo (*Idem*, p. 13).

Para produzir natureza barata (humana e extra-humana) é necessário que se agenciem “capital, ciência e império” (MOORE, 2015, p.53). É preciso que se produza um conjunto de crenças que lhe dê sustentação e que a perpetue, transmitindo-a pelas gerações. Devem-se construir mitologias que deem forma simbólica a isso tudo (SCHWARCZ, 2019, p. 15). Coisa que, aliás, o capitalismo faz muito bem. É preciso ainda um passado narrável, afinal “como nós contamos histórias de nosso passado e como respondemos aos desafios do presente estão intimamente conectados” (MOORE, 2015, p. 5).

Principalmente num país como o Brasil, com a já citada “falta de coesão em sua vida social” (HOLANDA, 1989, p. 5). Construir “mitos básicos” (SCHWARCZ, 2019, p. 16) constituiu-se em tarefa fundamental para garantir essa coesão, ainda que falaciosa. Assim, no século XIX, uma década e meia depois da Independência, fundou-se o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), responsável por um concurso que elegeria a “melhor” história do Brasil¹³. Segundo Schwarcz, “tratava-se de inventar uma nova história do e para o Brasil” (*Idem*, p. 12); uma história “europeia em seu argumento, imperial na justificativa e centralizada em torno dos eventos que ocorreram no Rio de Janeiro” (*Idem*).

Não por acaso, ganhou a proposta de um estrangeiro, o “naturalista bávaro Karl von Martius (1794-1868), segundo o qual o país se definia por sua mistura, sem igual, de gentes e povos” (*Idem*, p. 13), ideia altamente questionável que, no entanto, ganhou ampla repercussão, tendo sido exaustivamente repetida por escritores e intelectuais e constituindo-se em base do que se denominou “democracia racial”. A força da narrativa de Von Martius residia no fato de que ela:

“[...] tinha jeito e forma de mito; um mito nacional. Tomava problemas fundamentais do país, como a vigência do sistema escravocrata por todo o território, e os rearranjava de maneira harmoniosa e positiva. Por isso mesmo, o texto não continha datas, locais precisos ou contextos estabelecidos; ele precisava fazer sentido para além do momento de sua elaboração, sendo que a ausência de uma geografia explícita e, sobretudo, de uma temporalidade definida lhe conferia a imortalidade e a confiança de que o passado fora grandioso, e ensejava um futuro ainda mais promissor. Era o mito dos “tempos de outrora”, que sustentava as certezas do presente e garantia a vigência de uma mesma ordem e hierarquia, como se fossem eternas porque dadas pela natureza.” (*Idem*, p. 15)

A construção de uma história oficial – a história dos vencedores¹⁴ – tem, portanto, “papel estratégico nas políticas de Estado” (*Idem*, p. 17): por meio de silenciamentos e esquecimentos programados, cria-se “um

13

Na verdade um compêndio sobre como se deveria escrever a história brasileira (SCHWARCZ, 2019, p. 12).

14

Cf. BENJAMIN, 1994, p. 225.



passado mítico, perdido no tempo, repleto de harmonia, mas também construído na base da naturalização de estruturas de mando e obediência” (*Idem*, p. 18).

Muitos desses mitos perduram até hoje, como os já citados “país tropical”, rico em recursos naturais e a democracia racial. Mas há outros que fazem parte desse passado utópico: o de “uma idílica sociedade patriarcal, com sua hierarquia tão enraizada quanto virtuosa” (*Idem*, p. 17) e o da “concordia” que só poderia nos proporcionar o Regime Militar, numa espécie de ditadura mítica (*Idem*, p. 19).

Essa mitologia, repetida à exaustão, passa a funcionar como “argamassa para as várias ‘teorias do senso comum’” (*Idem*, p. 18), que valem pelo que dizem, mas muito mais pelo que tentam esconder: as vozes exiladas da vida social e das benesses que a natureza barata só garante a alguns.

Reencenações mediadas

Muito se poderia dizer sobre a relação entre a construção e a prevalência de narrativas hegemônicas e os meios de comunicação massivos. Na discussão aqui realizada, ficaremos limitados à observação de como essas narrativas mitificadoras repetiram-se exaustivamente pelas mídias de cada época, com espantosa proximidade, nos eventos históricos aqui citados.

No caso da Revolta da Vacina, o principal meio para a divulgação de informações eram os periódicos. Havia uma dezena deles, só na cidade do Rio de Janeiro. Foi grande o impacto das notícias e, principalmente, das opiniões veiculadas pelos jornais antigovernistas sobre a “política sanitária oficial” (SEVCENKO, 2014, p. 8). A batalha entre os jornais contra e pró governo tem muitas e por vezes divertidas nuances, mas o que aqui queremos destacar é o fato de muito do discurso antivacinal poder ser reconhecido ainda hoje, principalmente quando se trata das medidas necessárias à contenção da COVID-19. Algumas dessas recorrências discursivas podem ser vistas no editorial intitulado “O dever do povo” (figura 9), publicado pelo jornal antigovernista Correio da Manhã, no dia 7 de novembro de 1904 – 3 dias, portanto, antes da revolta –, cujos trechos mais marcantes



reproduzimos a seguir (destaques nossos).

“O povo deve estar hoje convencido de que o momento já não admite dúvidas nem vacilações, já não permite condescendência nem esperas: o quadro contrastador, mas verdadeiro, traçado na reunião de anteontem pela palavra sincera e patriótica do eminente senador, certo lhe enraizou na alma a crença inabalável de que é preciso *agir em defesa do lar, e que é necessário expor o peito para abroquelar a honra da família do assalto iminente que se aproxima*. É hoje uma verdade incontestável, a absoluta divergência entre o proceder do governo e a aspiração dos governados: ambicionamos a liberdade e ele impõe-nos o cativeiro; desejamos a pátria dignificada pelo trabalho, e ele, armado de chicote, aponta-nos o eito das extorsões e vilanias, donde saem os frutos para o banquetear diário dos favoritos e dos palacianos; *queremos a nação engrandecida pela honra e pela lealdade; queremos respeitado o santuário onde veneramos os ídolos do nosso amor*, e ele, manejando o servilismo, jogando com o interesse baixo de uns tantos mercenários, quer-nos reduzir a habitantes de senzala, [...]. Do quanto *vamos perdendo do nosso patrimônio de homens livres*, pode-se bem ajuizar pela desfaçatez com que nos decretam a obediência a leis iníquas e insolentemente *ofensivas dos nossos brios*; [...].

[...] Sob um poder sem normas nem princípios, fora do direito e em contraste com a justiça, *só há contra a força o recurso da força, contra a violência o remédio da violência*.

Calcaram já as garantias asseguradas na lei básica da República: *querem agora obrigar os chefes de família a não cumprir o dever, imposto pela honra, de zelar pela inviolabilidade do lar e pelo respeito devido à família*. Contra isso devem reagir quantos sentem no rosto o sangue do *pudor e da vergonha*; quantos não desejam ter as faces deslavadas pela maior das humilhações, pela última da baixezas.



O povo já teve a prova de que não está só; tem por si o *patriotismo*, nunca desmentido, dos que se não alugam nem se vendem.

Repelir com energia a odiosa medida é obrigação indeclinável dos *homens de bem*; repeli-la por todos os meios, como aconselhou com sinceridade e energia o *grande vulto*, cuja palavra traduz sempre a ânsia de *liberdade* em que soluça a alma nacional." (1904, p. 1, grifo nosso).¹⁵

Embora não seja o objetivo fazer uma análise discursiva do texto citado, faz-se interessante para reforçar a reflexão aqui desenvolvida notar a recorrência de discursos ainda hoje em voga. A defesa da honra, da família e dos bons costumes, o elogio ao homem de bem e a seus valores, o patriotismo, o personalismo travestido de defesa às liberdades individuais, a defesa da força, o culto a "grandes vultos" – todos esses elementos podem-se verificar ainda hoje, em que pesem as diferenças de linguagem e de meios.

É como se víssemos ressurgir a mitologia daquela "idílica sociedade patriarcal", citada anteriormente (SCHWARCZ, 2019, p. 17), com sua falsa castidade e patriotismo burlesco, nos jornais de 1904 e nas camisas verde e amarelas de hoje. E assim, como numa vertigem:

"Todo um povo, que por meio da revolução acreditava ter obtido a força motriz necessária para avançar com maior celeridade, de repente se vê arremessado de volta a uma época extinta e, para que não paire nenhuma dúvida quanto ao retrocesso sofrido, ressurgem os velhos elementos, a velha contagem do tempo, os velhos nomes, os velhos editais que já haviam sido transferidos ao campo da erudição antiquária e os velhos verdugos que pareciam ter-se decomposto há muito tempo." (MARX, 2011, pp. 27-28)

Trata-se, sem dúvida, de uma mise-en-scène que aciona imaginários, atualizados a cada nova reencenação e projetando-se como memória futura (DELEUZE, 1988, pp. 73, 84-85).



Elogio à feiura

Os discursos mantenedores de determinada ordem – e aqui referimo-nos à ordem instalada no Brasil desde seu surgimento – adaptam-se rapidamente às novas realidades midiáticas. Se em 1904 os jornais foram a principal via de comunicação e, mais que isso, de incitamento popular, não se pode desconsiderar o papel das redes digitais para a eleição do atual presidente do Brasil¹⁶.

Embora sob suspeita, devido ao número gigantesco de *fake news* divulgadas, de calúnias contra seus adversários e do uso massivo de robôs, é indiscutível a eficiência da apropriação desses meios pelo *staff* do presidente, bem como por seus apoiadores.

Segundo Claudio Szynkier, enquanto a esquerda:

“[...] não entendeu a Revolução Playboy chegando em dissimulado esplendor [...] não demorou para que a classe média [...] empregasse-se na exortação do porte de arma, ‘para atirar em vagabundo’. É próprio da vida do mercado a ideia de ‘sobrevivência dramática’, de eliminação dos focos problemáticos dentro da organização’.

A coroação desse estado de alma brasileiro se deu em camadas múltiplas. No dia a dia, o dialeto do WhatsApp inundou as vísceras imaginativas da população com montagens amadoras do ‘mito’ Bolsonaro e humor de escritório politicamente incorreto incubado na tradição brejeira nacional, aquela baseada no composto família, igreja, masculinidade torpe & pinga.” (SZYNKIER, 2019)



Figura 10: Montagem extraída do verbete “Bolsonarus Mictus Sanctus”, de autoria desconhecida. Disponível em: http://m.wikinet.pro/wiki/Jair_Bolsonaro. Acesso em: 28 out. 2020. No canhão lê-se “Deus Família Brasil”.

A recuperação de uma narrativa que exalta os valores familiares e o autoritarismo (figura 10) – e que obviamente reforça a necessidade de evitar a perda dos valores capitalistas (fato observável pela demonização que esses discursos fazem de uma vaga ameaça comunista, que pairaria sempre no horizonte brasileiro) – ganha aqui um ingrediente de grande importância: a apropriação de novos meios de comunicação, mais difusos, aparentemente menos centralizadores que a mídia institucionalizada, mas de alcance igualmente massivo.

Assim, cada pessoa que manuseia um celular sente-se participando dessa grande rede de “revelação da verdade que a mídia quer ocultar”. O poder de influenciar teria sido dividido com cada um de seus seguidores que, diante das denúncias da utilização de *bots* para disparos de notícias falsas em massa, não hesitaram em afirmar: “Eu sou o robô do Bolsonaro”.

À suposta participação individual de cada simpatizante alia-se uma estética¹⁷ que valoriza o tosco, o popularesco – pastiche do popular. Tudo isso cria uma sensação de estarmos diante de uma produção de baixo custo e que contrasta enormemente com as campanhas produzidas por publicitários. Não é mais a “velha política” das eleições milionárias.

Ou apenas parece que não é. Sabe-se que, atrás dessa aparente simplicidade, há o trabalho consciente de muitas pessoas, com altos investimentos. Ao fim e ao cabo, permanecem os discursos e a *mis en scène* de tempos imemoriais¹⁸.

17

A palavra “estética” aqui não se refere à disciplina filosófica, mas a uma vontade de representação e a certas escolhas derivadas dessa vontade, sem a qual não se poderia configurar o movimento bolsonarista, como ele se configurou.

18

Com “imemoriais” refiro-me não a um passado longínquo no tempo, visto ser nossa história ainda “jovem”, mas a uma prática em que o passado é borrado por silenciamentos, ou seja, trata-se de um tempo sem memória.

Considerações finais

A reflexão apresentada resultou de um desafio: sendo uma pesquisadora-artista, pensar o contexto da pandemia de COVID-19. Afinal, como essa situação nos toca, onde ela nos dói e que respostas artísticas e/ou conceituais podemos (e queremos) dar a ela?

No caso do que aqui se tratou, está claro, além do desejo de compreender o estado de coisas que, pelo menos no Brasil, a pandemia só fez agravar, a vontade de memória. Tensionar a memória, nesse caso a coletiva, parece-me não apenas uma tarefa desejável, mas necessária.

Num contexto de esquecimentos planejados, fundamentais a um projeto de poder que se arrasta pelo menos por cinco longos séculos, dar voz ao que programaticamente se silenciou torna-se vital.

E se o ímpeto de compreensão do momento em que vivemos levou-me ao contato com historiadores, que em geral não fazem parte da minha constelação de autores, peço licença para apropriar-me da tarefa que Benjamin propõe aos historiadores de seu tempo, para torná-la também a dos artistas de agora: “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Referências

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMINHA, Pero Vaz. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf . Acesso em: 28 ago. 2020.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIANNETTI, Eduardo. “*Ultra aequinoxialem non peccari*”. In: Folha de S.Paulo, 4 mar. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq04039914.htm> . Acesso em: 28 ago. 2020.



HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. 21. ed.

KILOMBA, Grada. 'O Brasil é uma história de sucesso colonial', entrevista concedida a Débora Freitas da CNN em São Paulo, 06 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/06/06/o-brasil-e-uma-historia-de-sucesso-colonial-lamenta-grada-kilomba> . Acesso em: 28 out. 2020.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. Londres: Verso, 2015.

"O dever do povo". *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, ed. 1.243, 7 nov. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01243.pdf . Acesso em: 28 out. 2020.

PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil: artigos publicados na Revista de Portugal de dezembro de 1889 a junho de 1890*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Trilce, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac & Naif, 2014.

SZYNKIER, Claudio. "Bolsonaro é consequência de atrofia no imaginário brasileiro, diz crítico". In: Folha de S.Paulo, 27 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/01/bolsonaro-e-consequencia-de-atrofia-no-imaginario-brasileiro-diz-critico.shtml> . Acesso em: 28 out. 2020.

